

Sobre as opções anafóricas para antecedentes genéricos e para variáveis ligadas: comentários a Ana Müller

Sergio Menuzzi*

1 Introdução

No que segue, estarei discutindo alguns aspectos do artigo de Ana Müller que aparece no presente volume. Seu artigo apresenta alguns fatos interessantes do português brasileiro concernentes às opções anafóricas apropriadas para certos tipos de antecedentes genéricos. E, como ela própria aponta, estes fatos se tornam particularmente relevantes em virtude de algumas análises recentes destes tipos de NPs.

Sua primeira observação diz respeito às opções anafóricas disponíveis com antecedentes *indefinidos genéricos*, como *um milionário* em (1) abaixo: como se vê, tais antecedentes parecem poder ser retomados tanto por um *pro* quanto um pronome expresso:

- (1) a. *Um milionário* sempre acha que (*pro*) é muito poderoso
b. *Um milionário* sempre acha que *ele* é muito poderoso

De acordo com Ana Müller, o que é particularmente notável em relação a (1a,b) é que, de acordo com a análise proposta por ela e Esmeralda Negrão (Negrão & Müller 1996) e reformulada por ela própria (em Müller 1997), a frase em (1b) deveria ser inaceitável: para elas, enquanto que o possessivo *seu* e *pro* estariam se especializando como formas interpretadas como variáveis ligadas e, portanto, em geral ligadas por antecedentes quantitativos como *um milionário* em (1), *dele* e *ele* estariam se especializando como formas

* PUCRS.

apropriadas para expressar correferência e, portanto, em geral ligadas a NPs referenciais como *João* ou *aquele menino*.¹ Evidentemente, a aceitabilidade de (1b) põe em dúvida esta maneira de interpretar os fatos. A pergunta que Ana Müller procura responder, então, é: como é possível que *ele* possa se referir a um NP quantificacional como *um milionário* em (1b)?

O segundo fato de interesse discutido por Ana Müller diz respeito às opções anafóricas compatíveis com antecedentes genéricos definidos, como *o político* em (2) abaixo, e com antecedentes que nomeiam lugares e/ou instituições, como em (3):

- (2) *O político* sempre acha que [*pro*/**ele*] está com a razão
- (3) *Curitiba* não quer que [*sua*/a] natureza [**dela*] seja destruída

O problema colocado por (2) é o seguinte: de acordo com a análise semântica de Carlson (1977, 1982) e Krifka et alii (1995), NPs definidos genéricos são melhor tratados como *nomes próprios para "tipos"* (em inglês, *kinds*), i.é, entidades semânticas abstraídas a partir das propriedades típicas de uma certa classe de indivíduos (por exemplo, quando dizemos que *O gato é um felino quadrúpede*, nos referimos ao *tipo* dos gatos, não à classe de indivíduos que são gatos, já que nem todos estes são quadrúpedes...). Nomes próprios são, em geral, NPs referenciais, não quantificacionais e, portanto, entram em relações de correferência, não de ligação de variáveis. Assim, NPs definidos genéricos como *o político* em (2), a adotar-se a análise de Carlson e Krifka et alii, deveriam se comportar, para fins de anáfora, como nomes próprios.

Por outro lado, como vimos, de acordo com Esmeralda Negrão e Ana Müller, formas como *seu* e *pro* só poderiam entrar em relações anafóricas em que são interpretadas como variáveis, e não em relações de correferência. Ora, se *o político* em (2) é um nome próprio e deve poder entrar em relações de correferência, e se a análise de Esmeralda Negrão e Ana Müller das formas *seu* e *pro* está correta, então concluímos que em PB a única opção anafórica que deveria ser aceitável com *o político* seria o pronome *ele*, justamente a forma que Ana Müller julga inaceitável. A pergunta que Ana Müller se propõe a responder com relação a (2) é: por que definidos genéricos, que são nomes próprios para tipos, não podem ser retomados por formas especializadas para correferência, como *ele*, em PB?

¹ Na verdade, Ana Müller adota a análise de Heim (1982) de acordo com a qual genérico indefinidos como *um milionário* em (1b) não são eles mesmos quantificadores: antes, introduzem uma variável aberta que é ligada por um operador genérico abstrato GEN; para os fins destes comentários, a distinção não parece ter maiores consequências, SMJ.

O contraste em (3) coloca um problema similar: nomes próprios de lugares e/ou instituições, sendo nomes próprios, também deveriam entrar em relações de correferência e, portanto, também deveriam poder ser retomados por formas especializadas para correferência, como *ele*. Entretanto, segundo Ana Müller, este não parece ser o caso, cf. (3), e a pergunta é por quê.

Em resumo, Ana Müller se propõe a responder três perguntas:

- (4) a. Como é possível que *ele*, uma forma especializada para correferência em PB, possa se referir a um NP quantificacional como *um milionário* em frases como (1b)?
- b. Por que definidos genéricos, que são nomes próprios para tipos, não podem ser retomados por formas especializadas para correferência, como *ele*, em PB?
- c. Por que nomes próprios para lugares e/ou instituições também não podem?

No que segue, eu gostaria de discutir brevemente as sugestões oferecidas por Ana Müller para responder a (4a,b,c). Além disso, eu gostaria fazer algumas considerações mais gerais sobre os contrastes entre formas como *seu* e *pro* e como *dela* e *ele* em PB, especialmente no que diz respeito à dicotomia entre interpretação correferencial e interpretação como variável ligada.

2 Sobre o uso de *ele* com indefinidos genéricos em PB

Com respeito a (4a), a linha de resposta que Ana Müller adota depende de duas sugestões, uma de ordem empírica e outra, analítico-teórica. Com relação à sugestão de ordem empírica, Ana Müller sustenta que a frase (1b) só é gramatical quando o pronome *ele* é "acentuado", o que indicaria que o pronome só pode ser utilizado com um antecedente definido genérico se estiver "focalizado" (o que se representa abaixo pela transcrição em maiúsculas):

- (5) *Um milionário* sempre acha que [*ELE*/**ele*] é muito poderoso

A hipótese analítico-teórica de Ana Müller é a de que "*ele* (*/dela*) acentuados podem ser usados com antecedentes não-referenciais porque estão focalizados, e a focalização torna-os referenciais por criar a pressuposição de que membros de um conjunto contextual proeminente – a cujos membros [*ele/dela*] se referem – existem" (esta e as demais traduções são minhas, SM).

Ana Müller baseia sua hipótese nas análises de Rooth (1985, 1995) e Krifka (1995) para a semântica de expressões focais, embora não apresente argumento empírico específico que demonstre que o caso de *ele* em (5) é um caso de "foco" no sentido destes autores. Finalmente, Ana Müller enfatiza que esta linha de análise indica que é necessário "trocar [sua, isto é, de Ana Müller] hipótese de que *ele/dele* são pronomes referenciais pela hipótese de que são pronomes 'existenciais'. Em contextos anafóricos, eles pressupõem a existência de alguma entidade que seus antecedentes põe em proeminência". Em suma, Ana Müller faz duas sugestões:

- (6) a. Quando usado para se referir a um indefinido genérico, o pronome deve ser "acentuado", o que significa que ele deve ser "focalizado";
- b. Sua focalização o torna "referencial" porque "denotações contrastadas têm sua existência pressuposta".

Avaliemos brevemente estas duas possibilidades, começando por (6a).

Embora eu também perceba uma leve melhoria de aceitabilidade em (5) com o uso "acentuado" do pronome *ele*, a frase, por alguma razão, ainda assim não me parece muito natural. Creio que, se eu tivesse que expressar o conteúdo proposicional que se espera que (5) expresse, eu diria algo como (7a) ou (7b):

- (7) a. *Um milionário sempre se acha muito poderoso*
- b. *Todo o milionário acha que (pro) é muito poderoso*

Por outro lado, há contextos que me parecem mais naturais e em que, também me parece, o pronome é perfeitamente viável sem exigir necessariamente uma linha entoacional particular ou "acento", como em (8a); compare-se com (8b); e (8c) com (8d):

- (8) a. *Um milionário quer sempre acreditar que os outros acham que ele é poderoso*
- b. *O João quis sempre acreditar que os outros achavam que ele era poderoso*
- c. *Quando um milionário diz que precisa de dinheiro, é porque ele precisa de muito dinheiro*
- d. *Quando o João diz que precisa de dinheiro, é porque ele precisa de muito dinheiro*

(Notar que em (8c) temos uma estrutura condicional em que, de acordo com a teoria de Heim, adotada por Ana Müller, o indefinido genérico recebe precisamente o mesmo tipo de interpretação que recebe em (8a) – i.é, é uma "variável livre ligada por um operador genérico com escopo sobre toda a sentença".) De qualquer modo, julgamentos sobre se um elemento é "acentuado" ou não podem não ser muito claros. Talvez precisássemos de um trabalho descritivo ou experimental sobre a prosódia de *ele* em contextos como (5) ou (8) que fosse mais detalhado, para verificar se a afirmação (6a) é válida em geral, ou se resulta da observação de alguns contextos particulares, ou se há diversidade dialetal, etc.

Consideremos agora a possibilidade em (6b), segundo a qual o pronome se torna bom em (5) porque, focalizado, ele passa a ser referencial. Para isso, precisamos de algum teste relativamente confiável que nos permita dizer quando um constituinte da frase é "focalizado". Além disso, há diferentes noções de "foco", e seria necessário verificar quais as propriedades empíricas que são características da noção presumida por Ana Müller. Por exemplo, para a noção de "foco informacional" – em que o "foco" da frase é o constituinte que expressa informação nova e que recebe seu acento mais proeminente –, há um teste de identificação tradicional, recentemente revisto e discutido em Zubizarreta (1998): em geral, num par de frases em que uma é uma pergunta e a outra a resposta, o "foco informacional" da resposta é o constituinte "que responde" à pergunta, isto é, que fornece a informação solicitada e, portanto, nova para quem pergunta. Por exemplo, em (9) abaixo, o foco da resposta é *João*; em (10), *no cinema* é o foco:

- (9) A: *Quem a Maria viu no cinema?*
B: *A Maria viu no cinema O JOÃO.*
- (10) A: *Onde a Maria viu o João?*
B: *A Maria viu o João NO CINEMA.*

Usemos, então, o teste da pergunta para saber se, em frases como (5) ou (8), o pronome só pode ser utilizado se ele for o "foco informacional" da frase. Considere (11):

(11) A: *Que pessoa* um milionário sempre acha que — é muito poderosa?

- B: (a) Um milionário sempre acha que ELE é muito poderoso.
(b) Um milionário sempre acha que ele é muito poderoso.
(c) Um milionário sempre acha que *pro* é muito poderoso.
(d) Um milionário sempre acha que ELE MESMO é muito poderoso

O diálogo em (11) mostra que, de fato, *ele* pode ser usado como foco informacional quando se refere a um antecedente indefinido genérico e que, neste caso, precisa ter "acento proeminente" – *ele* sem acento proeminente e *pro* não podem ser "foco informacional". No que diz respeito a meus julgamentos, creio entretanto que (11d) é ligeiramente melhor do que (11a), o que poderia sugerir, por outro lado, que o uso mais apropriado de *ele* como opção anafórica para *um milionário* não corresponde, exatamente, à situação em que *ele* é o "foco informacional" da frase. Ou seja, ser "foco informacional" pode não ser suficiente para este uso. Seria uma condição necessária?

Para verificarmos esta possibilidade, precisamos investigar casos em que o "foco informacional" cai sobre outro constituinte da frase. Adotando a hipótese em (6a) e presumindo que ela diga respeito à noção de "foco informacional", prediríamos que a frase seria inaceitável:

- (12) A: *Quando* é que um político admite que ele não tem mais saída?
B: Um político só admite que ele não tem mais saída [quando a Globo está contra ele].

Em (12B), o "foco informacional" da frase é a oração adverbial introduzida por *quando*; logo, *ele* não é o "foco informacional". Se a frase é aceitável, temos razão para dizer *ele* pode ser usado para retomar um antecedente genérico indefinido mesmo quando não é "focalizado" – ao menos, se isso significa "ser o foco informacional da frase".² Para mim, as frases (12A) e (12B) são boas; seria, entretanto, interessante confirmar este julgamento por meio de estudos de *corpus* ou experimentos controlados de julgamento, já que diferenças sutis como as que dizem respeito à "focalização", ou acentuação de proeminência, podem ser difíceis de detectar.

² Note que há outra ocorrência de *ele* que, ao contrário da que está na posição de sujeito, não pode ser substituída por qualquer outro elemento anafórico alternativo. Ver a relevância deste ponto na seção 4 abaixo.

Seja como for, os exemplos em (11) e (12) servem apenas para ilustrar o ponto metodológico que eu queria fazer: é bem possível que a hipótese em (6a) seja verdadeira, mas para que possamos ter certeza de que é, precisamos de uma noção bem definida de "focalização" e de testes que nos permitam verificar empiricamente se um elemento é "focalizado" ou não. Na discussão acima, eu illustrei este ponto com a noção de "foco informacional", para a qual existem testes de identificação relativamente claros. Dependendo dos julgamentos das frases em (11) e (12) – a se confirmarem os meus próprios –, teríamos de concluir que não é necessário que um pronome seja "focalizado" para que tenha um antecedente genérico indefinido, cf. (12); e talvez não seja nem suficiente, cf. (11). Por outro lado, deve-se observar que a literatura recente tem proposto distinguir-se "foco informacional" de "foco contrastivo" (ver, por ex., Zubizarreta), e assim ainda é possível que (6a) diga respeito não à noção de "foco informacional" da frase, mas a elementos contrastivos, possibilidade que não discutirei aqui.

Tentemos agora avaliar a afirmação (6b). Na verdade, Ana Müller hesita em seu artigo em assumir que pronomes "focalizados" sejam referenciais, enfatizando especialmente o fato de que devem ser ligados por um "operador existencial". Suponhamos, de qualquer modo, que as duas possibilidades existam: a "focalização" torna-os necessariamente "referenciais" e/ou "existenciais". Como no caso da discussão acima, aqui também é necessário que delimitemos precisamente o que significa para um NP ser "referencial" e/ou "existencial", para que possamos verificar a hipótese em (6b). No que segue, eu estarei discutindo o modo como estas noções são normalmente compreendidas na literatura sintática e semântica (ver, por exemplo, Chierchia & McConnell-Ginnet 1990, Fiengo & May 1994).

Diz-se de um NP que ele é "referencial" ou tem "referência" quando denota um indivíduo e, por isso, pode entrar em relações de correferência. Um teste elementar para indicar se um NP pode entrar em relações de correferência é o teste da *sloppy identity vs. strict identity*: se um NP permite que um elemento anafórico a ele associado seja interpretado como se referindo ao indivíduo denotado por este NP, então ele tem uma interpretação referencial; se, por outro lado, o elemento anafórico é interpretado somente como uma variável ligada, então é porque o antecedente não é correferencial e pertence, portanto, a alguma estrutura quantificacional. Testemos a interpretação de um pronome associado a um indefinido genérico:

- (13) a. *Um milionário quer sempre acreditar que os outros acham que ele é poderoso;*
 um homem comum nem sempre ~~quer acreditar que os outros acham que ele é poderoso.~~
 b. *O João dizia que os outros achavam que ele era poderoso;*
 Paulo negava ~~que os outros achassem que ele era poderoso.~~

Se a elipse em (13a) puder ser interpretada como "um homem comum nem sempre quer acreditar que os outros acham que ele, o homem milionário, é muito poderoso", então Ana Müller está certa e um milionário pode ter uma interpretação referencial nestes contextos. Quanto aos meus julgamentos, acho que (13b) é nitidamente ambígua: pode significar que Paulo negava que os outros achassem que ele, Paulo, era poderoso, ou também que Paulo negava que os outros achassem que João era poderoso. Já, a interpretação mais saliente de (13a), para mim, é a de *sloppy identity* – isto é, "um homem comum não acredita que os outros acham que ele, o homem comum, é muito poderoso". Isso sugere que um milionário pode certamente ser interpretado como um NP quantificacional e o pronome, como uma variável ligada; a interpretação correferencial não me parece óbvia, embora talvez seja possível. Seja como for, a possibilidade de *sloppy identity* em (13a) revela que, mesmo que haja "focalização" do pronome em (13a), isto não parece exigir que ele seja interpretado "referencialmente" (ao menos não no sentido usual que se atribui a "interpretação referencial").

Note-se, além disso, que, para aqueles que admitem a interpretação com *sloppy identity* in (13a) e (13b), como eu mesmo, a conclusão deve ser a de que *ele*, afinal de contas, pode ser interpretado como uma variável ligada. Ou seja, para estes falantes, a hipótese de Esmeralda Negrão e Ana Müller de que formas como *ele* e *dele* expressam correferência, *exclusivamente*, não se aplica. Isso não quer dizer, por outro lado, que estas formas não favoreçam a correferência nestes dialetos, mas este é um assunto que discutirei mais adiante.

Consideremos, finalmente, a segunda possibilidade envolvida na afirmação (6b), aquela que sugere que um NP, quando "focalizado", tem a "existência de sua denotação pressuposta". Em semântica das condições de verdade, pode-se dizer que um NP é "existencial", isto é, que "sua denotação existe", se e somente se a interpretação deste NP é tal que haja pelo menos um indivíduo a que ele se refira (e que torne a frase em que o NP aparece

verdadeira). Por exemplo, em (14) abaixo diz-se que *um rapaz* tem interpretação existencial porque, para a frase ser verdadeira, deve haver pelo menos um indivíduo que seja um rapaz e que tenha beijado Maria:

- (14) O João disse que um rapaz beijou a Maria

A idéia que está por trás de (6b) é a de que a "focalização" torna os NPs "existenciais" porque "ela contrasta o constituinte focalizado com todas as denotações do mesmo tipo. A operação assevera que alguma denotação ocorreu por oposição a outras possíveis (contextualmente determinadas). [A focalização] pressupõe que os membros de um conjunto saliente de denotações possíveis existem". Considere agora exemplos como os em (15) e (16):

- (15) O Paulo gosta de Maria, e de *ninguém mais*.

- (16) A: *Que pessoa* o Paulo queria encontrar na festa?

B: Que eu saiba, o Paulo não queria encontrar *ninguém*.

Em (15), temos um caso de estrutura com "foco contrastivo" – *ninguém mais* contrasta com *Maria*, que é a única pessoa de quem Paulo gosta. Note que, apesar de ser "contrastivo", *ninguém mais* não implica a existência de um indivíduo: da frase (15) segue-se que "Não existe uma pessoa *x* tal que *x* não é Maria e Paulo gosta de *x*", e não que "Existe uma pessoa *x* tal que *x* não é Maria e Paulo não gosta de *x*".³ Em (16), por outro lado, *ninguém* é, como vimos, o "foco informacional" da resposta; entretanto, nem por isso *ninguém* implica a existência de um indivíduo: de (16) segue-se que "Não existe uma pessoa *x* tal que Paulo queria encontrar *x* na festa", e não que "Existe uma pessoa *x* tal que Paulo não queria encontrar *x* na festa".

Assim, nem "foco contrastivo" nem "foco informacional" parecem ser suficientes para fazer com que um NP se torne "existencial" no sentido usual deste termo. Ainda assim, poderia ser que foco contrastivo ou informacional fizessem com que *pronomes* tivessem que ser "existenciais". Verifiquemos esta versão mais limitada de (6b):

³ É evidente que, contextualmente, podemos inferir esta última proposição a partir de (15); mas que esta inferência é uma implicatura, isto é, uma inferência pragmática, e não uma consequência lógica do significado de (15), é revelado pelo fato de que ela pode ser cancelada (cf. Grice 1975, Levinson 1983):
 (i) O Paulo gosta de Maria, e de *ninguém mais*. Não que eu queira dizer com isso que ele não goste de ninguém. Ele é simplesmente indiferente às demais pessoas.
 Observação similar vale para (16), evidentemente.

- (17) Nenhum político admitiria em público que um colega seu seria o melhor candidato, nem admitiria que ele acha que ELE seria o melhor candidato.
- (18) A: Que tipo de pessoa nenhum político admitiria em público que acha que ___ seria o melhor candidato?
 B: Nenhum político admitiria em público que acha que ELE seria o melhor candidato.

Em (17), vemos o pronome sendo usado como "foco contrastivo", em oposição a "um colega seu". Neste uso, é claro que o pronome não precisa ser "existencial": em (17), o pronome é ligado justamente por um quantificador não-existencial (o trecho relevante de (17) significa "Não existe x tal que x seja um político e x admita em público que x acha que x é o melhor candidato"). Em (18), vemos o pronome sendo usado como "foco informacional" e, de novo, parece ser claro que ele não é interpretado existencialmente. Ou seja, parece que exemplos como (15) e (16) indicam que nem "foco informacional", nem "foco contrastivo" requerem que um NP "focalizado" seja "interpretado existencialmente", e isso vale também para pronomes, cf. (17) e (18).

Resumamos a discussão. Vimos que Ana Müller propõe duas hipóteses para solucionar o problema levantado pelo uso do pronome *ele* com indefinidos genéricos para a análise que ela e Esmeralda Negrão propuseram para formas como *ele*: estes pronomes devem ser "focalizados" e "focalização" os torna referenciais e/ou existenciais, cf. (6a,b). Procurarei indicar que, embora sejam bastante interessantes, estas sugestões ainda precisam ser desenvolvidas mais detalhadamente para que tenham uma base empírica mais segura. Procurei mostrar, por exemplo, que se "focalização" se refere a "foco informacional", não parece ser necessário nem suficiente que um pronome seja "focalizado" para que tenha um antecedente genérico indefinido. Do mesmo modo, procurei mostrar que, ao menos aparentemente, nem "foco informacional" nem "foco contrastivo" parecem exigir que o constituinte "focalizado" seja "referencial" e/ou "existencial".

Minha argumentação baseou-se na aceção mais corrente destas noções, e é possível que as hipóteses de Ana Müller estejam corretas uma vez que se tenha como base outras aceções. O importante, entretanto, é que as noções de "foco", "referência" e "existência" utilizadas tenham propriedades distintivas claras, para que se possa verificar as conseqüências

empíricas de (6a,b). Finalmente, eu gostaria de assinalar que, a ser verdade alguns dos julgamentos que reporteí acima, a análise das formas *ele* e *dele* que Ana Müller sustenta pode não ser válida para todos os dialetos do PB. Segundo esta análise, *ele* e *dele* não podem ser interpretadas como variáveis ligadas e devem necessariamente ser interpretadas como formas referenciais; entretanto, esta análise não parece compatível com as intuições daqueles falantes que admitem uma interpretação com *sloppy identity* em frases como (13a,b), por exemplo. Isso não significa negar que formas como *ele* e *dele* tendam a ser interpretadas referencialmente, tópicos a que voltarei na seção 4 abaixo.

3 A restrição com definidos genéricos e nomes próprios de lugares

Recordemos que a segunda restrição observada por Ana Müller no uso do pronome *ele* em PB é a de que *ele* não seria usado com definidos genéricos e com nomes próprios de lugares. Não pretendo discutir esta observação em detalhe, mas ainda assim gostaria de apontar rapidamente duas coisas em relação a ela.

Primeiro, talvez fosse interessante estudá-la à luz dos fatores que Sônia Cyrino (1994) revelou serem determinantes na distribuição de *objetos* nulos, por oposição às formas do pronome pleno *ele* na posição de objeto em PB. Segundo ela, tanto antecedentes [-específicos] quanto antecedentes [-animados] favorecem o uso do objeto nulo, em detrimento da forma *ele*. Evidentemente, definidos genéricos são [-específicos], e nomes próprios de lugares/instituições, [-animados]. Assim, é possível que a restrição observada por Ana Müller revele que *seu*, *pro* e *objetos nulos* formam uma "classe natural" de opções anafóricas, por oposição às formas do pronome pleno (*ele*, *dele*, etc.). Voltarei brevemente a esta questão no meu comentário final.

Ainda com respeito à relação entre a observação feita por Ana Müller e a feita por Sônia Cyrino, eu gostaria de adicionar o seguinte comentário: se, de fato, a restrição percebida por Ana Müller tem a ver com a restrição imposta por antecedentes [-específicos] e [-animados] sobre a escolha do pronome pleno como opção anafórica, então esperaríamos que a restrição observada por Ana Müller não fosse categórica – já que, no corpus pesquisado por Sônia Cyrino, o uso de nulos, por oposição ao uso do pronome pleno, só se aproxima do categórico quando os antecedentes são simultaneamente [-específicos, -animados]. Evidentemente, este não seria o caso de um definido genérico como *o político*, que é

[-específico] mas [+animado], ou com nomes próprios de lugares, como *Curitiba*, que é [-animado] mas [+específico]. E, de fato, me parece que há contextos em que estes tipos de antecedentes não podem evitar o uso da forma plena, como em:

- (19) a. Quando o político precisa escolher entre seu interesse individual ou o do seu partido, *[ele/??pro]* sempre se decide pelo seu próprio.
 b. Embora *Curitiba* tenha crescido rapidamente, *[ela/??pro]* continua sendo uma cidade muito agradável.

As razões pelas quais o pronome é favorecido em (19a,b) me escapam. Mas o ponto permanece: se os julgamentos em (19a,b) forem válidos para o dialeto de Ana Müller, então somos obrigados a concluir que a restrição no uso das formas *ele/dele* com definidos genéricos/nomes de lugares/instituições não pode ser categórica. Isso reforçaria a conexão acima sugerida, segundo a qual *ele/dele* formam uma oposição com *seu*, *pro* e com os objetos nulos do PB.

4 Seu e pro, e a interpretação como variável ligada

Começamos lembrando que, de acordo com Ana Müller e Esmeralda Negrão, o uso anafórico das formas *seu* e *pro* em PB é caracterizado por sua especialização para a interpretação de variável ligada, enquanto que, por oposição, as formas *ele* e *dele* seriam especializadas para a interpretação correferencial. Como eu disse antes, se interpretamos esta análise como presumindo uma restrição categórica sobre o uso daquelas formas, é muito possível que ela não seja válida para todos os dialetos do PB. Mas eu também disse que isso não significava que, nestes dialetos, formas como *seu* e *pro* não favorecessem a interpretação de variável ligada. Ao contrário, há bons indícios de que isso é verdade.

Com relação a forma *seu*, o indício mais forte é que ela pode tomar como antecedente qualquer NP quantificacional, mas não é normalmente usada com antecedentes referenciais, cf.

- (20) a. Quem esquece *[seu livro/(?)*o livro dele]* em casa não quer estudar
*Cada um deve fazer [sua parte/(?)*a parte dele]*
 b. Tudo o que é linguista vive tentando publicar *[seus artigos/os artigos dele]* na Linguistic Inquiry
Muita atriz não esconde que [seu principal mérito/o principal mérito dela] é ser bonita

- c. O João já viu *[??seu retrato/o retrado dele]* no jornal?
Aquelas garotas nunca tinham confiado na [??sua profes-sora/professora delas]

De acordo com os julgamentos em (20), *seu* só não aceita muito bem antecedentes como *o João* e *aquelas garotas*, que são definidos, referenciais (a interpretação preferencial de *seu* em (20b) é a de segunda pessoa). Esta restrição é bem conhecida na literatura sobre o PB, em que se nota que uma de nossas particularidades é justamente o uso de *dele* como o possessivo de terceira pessoa. A observação de que *seu* ainda é um possessivo adequado para NPs quantificacionais é mais recente e, tanto quanto sei, se origina do trabalho Giselle Machline de Oliveira e Silva (1982; ver também Menezzi 1996, 1999 e Müller 1997) que descobriu a seguinte distribuição no corpus Censo de Variação na Cidade do Rio de Janeiro:

Distribuição de *seu* (versus *dele*) de acordo com o tipo do antecedente (cf. G. Silva 1991:94)

Antecedente	Ocorrências	Frequência
totalmente gerais (por exemplo, <i>todos, qualquer um</i>)	66/66	100%
indefinidos não-referenciais (<i>um cara, mulher</i>)	13/23	56,52%
definidos não-referenciais (<i>o cara, o ser humano</i>)	17/110	15,45%
definidos denotando grupo de tamanho ilimitado (<i>os padres, as crianças</i>)	3/46	6,52%
definidos denotando grupo de tamanho limitado (<i>meus netos, meus alunos</i>)	2/40	5%
totalmente definidos (nomes próprios, etc.)	14/924	1,44%

“Totalmente gerais” são, aparentemente, antecedentes quantificacionais cujo domínio de quantificação não é restrito por um N comum; “indefinidos não-referenciais” incluem Ns precedidos do artigo indefinido ou de pronomes indefinidos (i.e., quantificadores como *todo, qualquer, algum*, etc.), plurais contáveis (por exemplo, *homens* em *Homens usam cueca*) e indefinidos singulares sem artigo (*mãe* em *Mãe que é mãe quer o melhor pr'o seu filho*) (cf. Silva 1991:97).) “Totalmente definidos”, por outro lado, são os definidos referenciais, i.e., nomes próprios, NPs singulares com artigo definido ou demonstrativo, pronomes pessoais. Assim, o quadro acima reflete, em frequência, julgamentos como os em (20): *seu* é

obrigatório com NPs quantificacionais "gerais" (100% de frequência), uma opção junto com *dele* quando a quantificação é restrita (55%), mas praticamente excluído com NPs claramente referenciais (menos de 2%). Em suma, parece claro que *seu* é uma opção favorecida por NPs quantificacionais e, portanto, tem preferência sobre o pronome pleno (*d*)*ele* para a interpretação como variável ligada.

Não conheço trabalhos que tenham verificado se há o mesmo tipo de condicionamento na distribuição de *pro* versus *ele* em corpus de fala ou experimentalmente, e, portanto, aqui a evidência se limita a julgamentos dos falantes dos diferentes dialetos do PB, que nem sempre são claros ou confiáveis nestes casos sutis. De qualquer modo, no meu dialeto há contextos em que o contraste em (20) acima não se reproduz e em que o agrupamento natural dos antecedentes não opõe NPs quantificacionais a NPs referenciais; antes, grosseiramente falando, a oposição é entre NPs quantificados como *ninguém*, *todo mundo*, *quem*, etc. – NPs "totalmente gerais" –, contra NPs quantificados restritos e NPs referenciais: os últimos são compatíveis tanto com *pro* quanto com *ele*; os primeiros, somente com *pro* (esta restrição tendo sido observada pela primeira vez, tanto quanto sei, por Montalbetti 1984):

- (21) a. *Ninguém* admite que {*pro*/?**ele*} recebe dinheiro por fora (para aprovar...)
 b. *Nenhum político* admite que {*pro/ele*} recebe dinheiro por fora (...)
 c. *O Paulo* não admite que {*pro/ele*} recebe dinheiro por fora (...)

Assim, no caso de *pro* não podemos argumentar que os antecedentes que admite permitem dizer que favorece a interpretação de variável ligada. Ainda assim, me parece que este favorecimento existe e é revelado por contrastes interpretativos entre frases como (22a) e (23a) abaixo: há um certo consenso entre os falantes do meu dialeto de que uma sentença como (22a) abaixo é preferencialmente interpretada como (22b) e não como (22c); (23a), ao contrário, é preferencialmente interpretada como (23c) e não como (23b) ("%") abaixo marca a interpretação menos saliente ou desfavorecida):

- (22) a. Não foi só o *João* que disse que *pro* tinha estado na festa da Maria. [*pro*]
 o Paulo também disse.
 b. Não foi só o *João* que disse que *ele*, *João*, tinha estado na festa da Maria.
 o Paulo também disse que *ele*, *Paulo*, tinha estado na festa da Maria.
 c. %Não foi só o *João* que disse que *ele*, *João*, tinha estado na festa da Maria.
 o Paulo também disse que *ele*, *João*, tinha estado na festa da Maria.
- (23) a. Não foi só o *João* que disse que *ele* tinha estado na festa da Maria. [*ele*]
 o Paulo também disse.
 b. %Não foi só o *João* que disse que *ele*, *João*, tinha estado na festa da Maria.
 o Paulo também disse que *ele*, *Paulo*, tinha estado na festa da Maria.
 c. Não foi só o *João* que disse que *ele*, *João*, tinha estado na festa da Maria.
 o Paulo também disse que *ele*, *João*, tinha estado na festa da Maria.

Se este tipo de contraste se revelasse robusto (experimentalmente ou em *corpus*), então poderíamos concluir que *pro* favoreceria a interpretação em que há *sloppy identity*, e não a interpretação em que há *strict identity*, enquanto que *ele* mostraria o padrão inverso. Isto é, de fato confirmaríamos que *pro* favorece a interpretação de variável ligada, por oposição ao pronome *ele*.

Estes contrastes associados à interpretação de variável ligada que parecem distinguir *pro/seu* das diferentes formas dos pronomes pessoais de terceira pessoal são, é claro, intrigantes em si mesmos. Mas o que mais me intriga neles é que fazem parte de uma padrão geral, pode-se mesmo dizer que universal, que podemos descrever aproximadamente do seguinte modo:

- (24) *Economia Morfosintática das Variáveis Ligadas*
 Se uma língua dispõe de formas anafóricas alternativas para uma determinada posição sintática, então a forma anafórica favorecida (ou exigida) para interpretação de variável ligada naquela posição é a forma mais econômica quanto à especificação de traços- ϕ .

(24) cobre, evidentemente, os contrastes entre *seu/pro* e *ele/dele* que vimos discutindo. Vale também para uma outra observação muito comum na literatura sobre teoria da ligação (para o PB, ver a própria Ana Müller, 1997): mesmo quando uma língua permite pronomes localmente ligados como um alternativa ao reflexivo, este último é a única opção, ou ao menos a opção favorecida para uma variável ligada. Em PB, por exemplo, tanto (25a) quanto (26a) são perfeitamente aceitáveis; entretanto, (25a) certamente favorece a interpretação com *sloppy identity*, enquanto que (26a) favorece a interpretação com *strict identity*:

- (25) a. *O Paulo sempre confiou em si, e o João também.* [si]
 b. *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,*
e o João também sempre confiou nele, João.
 c. % *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,*
e o João também sempre confiou nele, Paulo.
- (26) a. *O Paulo sempre confiou nele, e o João também.* [ele]
 b. % *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,*
e o João também sempre confiou nele, João.
 c. *O Paulo sempre confiou nele, Paulo,*
e o João também sempre confiou nele, Paulo.

Evidentemente, (24) se aplica ao contraste entre *si* e *ele*, também. E, como os contrastes do PB, encontramos muitos outros semelhantes nos mais diversos tipos de línguas. Por exemplo, contrastes similares aos discutidos aqui são encontrados em todas as línguas românicas, com certas variações interessantes, mas que não afetam (24), tanto quanto *sei*. Mais interessantes são, evidentemente, fenômenos semelhantes em línguas que não são próximas historicamente ao PB. Encontramos contrastes semelhantes em japonês, em que NPs quantificacionais só podem ligar argumentos nulos ou o anafórico *zibun*, mas não pronomes, como observaram Saito & Hoji (1983: 247; note que *zibun* pode ser ligado à distância e, além disso, pode ocupar a posição de sujeito da oração subordinada em japonês):

- (27) a. *John-ga* [kare-ga Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 John-NOM [he-NOM Mary-por ser-odiado COMP] estar-convencido (do-fato)
 'John estava convencido (do fato) de que ele era odiado por Maria'
- b. * *Daremo-ga* [kare-ga Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 Todo-mundo [he-NOM Mary-por ser-odiado COMP] estar-convencido (do-fato)
 Todo mundo estava convencido de que era odiado por Maria'
- (28) a. *John-ga* [[pro/zibun-ga] Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 John-NOM [[pro/SE-NOM Mary-por ser-odiado COMP] estar-convencido (do-fato)
 'John estava convencido (do fato) de que ele era odiado por Maria'
- b. *Daremo-ga* [[pro/zibun-ga] Mary-ni kirawareteiru to] omoikondeiru (koto)
 Todo-mundo [[pro/SE-NOM Mary-por ser-odiado COMP] estar-convencido (do-fato)
 'Todo mundo estava convencido de que era odiado por Maria'

O mesmo contraste se reproduz em posições de objeto, já que não apenas *zibun* pode ser ligado à distância também em posição de objeto, como o japonês dispõe de objetos nulos (cf. Montalbetti 1984: 184-6). O importante aqui é: se de fato o contraste entre (27) e (28) estiver ligado exclusivamente ao fato de que pronomes não

podem ser interpretados como variáveis ligadas em japonês (para uma alternativa a ser eliminada, ver Menuzzi 1999: n. 5, págs. 197-8), então ele também é coberto por (24) acima – afinal, tanto argumentos nulos quanto *zibun*, ao contrário de pronomes em japonês, são não especificados para traços- ϕ de seus antecedentes.

Um padrão similar ao que vemos no sistema de possessivos em PB pode ser encontrado em russo, tal como reportado por Avrutin (1994). Como vemos em (29a) abaixo, com NPs para os quais há uma interpretação referencial, pode-se usar tanto um pronome possessivo quanto o reflexivo possessivo para a retomada anafórica; mas, com NPs estritamente quantificacionais, somente o reflexivo possessivo é possível, cf. (29b):

- (29) a. *Amerikanske turisty opisali* [ix/svoi] goroda
 Americanos turistas descreviam {PRON/SE} cidades
 'Turistas americanos descreviam suas cidades'
- b. *Kadyj student citaet* [svoju/*ego] knigu
 Todo aluno está-lendo {SE/*PRON} livro
 'Todo aluno está lendo seu livro'

Avrutin conclui que o reflexivo deve ser usado para expressar a interpretação de variável ligada. E, de novo, a generalização em (24) se aplica: o reflexivo possessivo russo é a forma possessiva do anafórico *sebja*, um anafórico de tipo SE, isto é, uma forma pronominal subespecificada (em russo, não é especificado nem para pessoa).

Curiosa mas reveladoramente, mesmo em línguas em que não há, normalmente, a disponibilidade de formas alternativas no mesmo contexto sintático, nos poucos casos em que tal disponibilidade se apresenta encontramos o mesmo efeito: a forma menos especificada para traços- ϕ é exigida para a interpretação de variável ligada. Isto acontece até mesmo com o inglês, que em geral não dispõe de formas subespecificadas como *pro* ou anafóricos do tipo SE. Como Huang (1995:167-8) observou, entretanto, há certos contextos em que tanto PRO quanto pronomes podem ser usados; nestes contextos, antecedentes quantificacionais exigem PRO:

- (30) a. *John believes that PRO smoking is killing him*
 b. *John believes that his smoking is killing him*
- (31) a. *Who believes that PRO smoking is killing him?*
 b. *??Who believes that his smoking is killing him?*

Em resumo, parece haver forte evidência comparativa de que, de fato, certas formas anafóricas favorecem ou "são especializadas" para a interpretação como variáveis ligadas. Este favorecimento, por outro lado, não parece ser categórico, já que nem todas as línguas apresentam o efeito, e quando o apresentam, ele emerge justamente nos contextos em que há, em princípio, mais de uma forma anafórica alternativa, como no contraste entre (30) e (31).

Este efeito de "otimidade" – escolha a melhor forma anafórica para expressar variáveis sempre que houver mais de uma alternativa – também foi notado anteriormente, em particular por Montalbetti. Segundo ele, embora o pronome pleno não pudesse ser interpretado como uma variável ligada na posição de sujeito, para a qual há a alternativa de *pro*, como em (32a) abaixo, esta restrição não podia ser absoluta porque o mesmo pronome podia ter esta interpretação se o contexto não dispusesse de outra alternativa, como em (32b):

- (32) a. *Muchos plumeros creen que {pro/ellos} compraron un pulpo*
Muitos bombeiros acreditam que {pro/eles} compraram um polvo
 b. *Muchos plumeros quieren que María confie en {ellos/*si/*pro}*
Muitos bombeiros querem que Maria confie neles

De modo similar, Avrutin observou que, embora o reflexivo possessivo russo seja obrigatório para uma variável em contextos em que ambos o reflexivo e o pronome são possíveis, o pronome se torna a única alternativa quando o reflexivo, por razões independentes, é inviável – por exemplo, quando o antecedente está muito longe ou não é o sujeito da oração (em geral, anafóricos do tipos SE são "orientados-ao-sujeito"; ver Menuzzi 1999 para discussão):

- (33) a. *Amerikanskije turisty skazali [cto Ivan posetil {ix/*svoj} goroda]*
*Touristas americanos disseram [que Ivan visitou {PRON/*SE} cidades]*
 b. *Kadaja devočka pokazala Olge {svoju/*eĭ} komnatu*
*Cada garota mostrou (a) Olga {SE/*PRON} quarto*
 c. *Ol'ga pokazala kadoj devočke {eĭ/*svoju} komnatu*
*Olga mostrou (a) cada garota {PRON/*SE} quarto*

Quanto ao fato de que a generalização em (24) acima é um "efeito de otimidade" – portanto, a restrição sobre a interpretação de variável ligada é, em geral, relativa, e não categórica –, não chega a ser surpreendente, não ao menos a mim, já que, como argumentei em minha tese, há boas razões para acreditar que as restrições gramaticais sobre formas anafóricas interagem como um sistema de otimidade – as condições são violáveis quando não há melhor alternativa no sistema anafórico de uma língua.

O que acho particularmente intrigante – e ainda à espera de uma explicação adequada – é o fato de que, se possível, formas subespecificadas, isto é, morfossintaticamente econômicas, são escolhidas para variáveis: qual seria a razão disso? É nesse contexto que as funções anafóricas "especializadas" das formas *seu* e *pro* em PB, notadas pela Ana Müller e pela Esmeralda Negrão, me parecem adquirir significação. E mais: me pergunto se as demais restrições notadas pela Ana Müller com relação ao uso de pronomes plenos – por exemplo, com relação a antecedentes definidos genéricos e a nomes próprios de instituições/lugares – não estariam associadas, de algum modo, a (24). Esta é, evidentemente, uma questão que não pode ser desenvolvida aqui.

Referências

- AVRUTIN, Sergei (1994) The structural position of bound variables in Russian. *Linguistic Inquiry* 25, 709-727.
- CARLSON, G. N. (1977) *Reference to Kinds in English*. Tese de doutorado, Universidade de Massachusetts, Amherst (EUA).
- CHIERCHIA, Gennaro & McConnell-Ginet, Sally (1990) *Meaning and grammar: an introduction to semantics*. MIT Press, Cambridge (EUA).
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (1994) *O objeto nulo no português do Brasil: um Estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- FIENGO, R. & May, R. (1994) *Indices and identity*. MIT Press, Cambridge (EUA).
- GRICE, H. P. (1975) Logic and conversation. In P. Cole & J. L. Morgan, eds., *Speech acts: Syntax and Semantics* 3, 41-58. Academic Press, Nova Iorque.
- HEIM, I. (1982) *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Tese de doutorado, Universidade de Massachusetts, Amherst (EUA).
- HUANG, C.-T. J. (1995) Logical Form. Em G. Webelhuth, ed., *Government and binding theory, and the minimalist program*, 125-175. Blackwell, Oxford (Inglaterra).
- KRIFKA, M. (1995) "Focus and the interpretation of generic sentences." In Carlson & Pellettier, eds., *The Generic Book*, págs. 238-264. Chicago University Press, Chicago.
- LEVINSON, S. (1983) *Pragmatics*. Cambridge University Press, Cambridge (Inglaterra).
- MONTALBETTI, M. (1984) *After binding: on the interpretation of pronouns*. Tese de doutorado, MIT, Cambridge (EUA).
- MÜLLER, A. (neste volume) *Anaphora and genericity in Brazilian Portuguese*.

- . (1997) *A Gramática das Formas Possessivas no Português do Brasil*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- NEGRÃO, E. & Müller, A. (1996) As mudanças no Português Brasileiro: substituição ou especialização? *DELTA* 12, 125-152.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. de (1982) *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- . (1991) Um caso de definitude. *Organon* 18, 90-108. UFRGS, Porto Alegre.
- ROOTH, M. (1985) *Association with focus*. Tese de doutorado, Universidade de Massachusetts, Amherst (EUA).
- . (1995) Indefinites, Adverbs of Quantification, and Focus Semantics. Em G. Carlson & F. Pelletier, eds., *The generic book*, 265-299. Chicago University Press, Chicago.
- SAITO, M. & Hoji, H. (1983) Weak crossover and move alpha in Japanese. *Natural Language and Linguistic Theory* 1, 245-259.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1998) *Word order, prosody and focus*. MIT Press, Cambridge (EUA).